

Diferentes, sim, desiguais, não! A difícil construção da igualdade

Hildete Pereira de Melo*

Nos anos 1960, em paralelo com a luta dos negros americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a guerra do Vietnã, ressurgiu o movimento de mulheres no mundo, distanciando-se da sua primeira versão da luta pelo direito ao voto do final do século XIX. O novo feminismo vinha apoiado principalmente no livro da escritora francesa Simone de Beauvoir “*O Segundo Sexo*”, publicado em 1949. Este texto estuda o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos de sua socialização, que a tornam alienada e treinada para ser apenas um apêndice do homem. Sua divulgação ao longo dos anos 1950, foi um ponto de partida para a organização do movimento de mulheres no mundo. Nos EUA, a explosão teve como ponto de partida a publicação de “*A Mística Feminina*” da norte-americana Betty Friedan. Este livro busca explicar “*o mal que não tem nome*”, a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora e submissa. A insatisfação com seu cotidiano se alastrou e as mulheres, agora mais educadas, vão à luta. Norte-americanas, italianas, francesas, inglesas, suecas ganham as ruas: ***Nosso Corpo nos pertence, O privado também é Político***, eis algumas das idéias difundidas pelo mundo inteiro. Todavia, foi a luta pela descriminalização do aborto e a denúncia da violência no lar que mobilizaram milhares e milhares de mulheres e acabaram por inserir na agenda dos organismos internacionais estas consignas. Assim, como resposta a esta mobilização feminina as Nações Unidas (ONU) instituíram o ano de 1975 como o **Ano Internacional da Mulher** e este ato teve uma enorme repercussão para a luta

das mulheres, na construção de sua cidadania em todo o mundo.

Esta mobilização de milhares e milhares de mulheres na luta por cidadania, refletiu-se também na produção acadêmica e científica que tratam de analisar as raízes da dicotomia dos papéis masculino e feminino. Quais as razões que definem a universalidade da subordinação feminina, seu papel reprodutor e a exclusão de que é objeto? Num mundo social, onde os princípios masculinos e femininos atuam como ordenadores das relações sociais, por quê o masculino indica superioridade e o feminino inferioridade? Esse estigma está no cerne da rebelião feminina. Tanto a inferioridade feminina como a superioridade masculina se expressam em práticas sociais, nas leis e instituições, que limitam os espaços, distribui seus membros de acordo com essa dicotomia. Por quê a grande entrada das mulheres ao mercado de trabalho, ao mundo do conhecimento científico e da educação, ao controle da reprodução biológica, permanece ainda uma incorporação subordinada ao poder masculino? As mulheres trabalham há séculos, mas como são responsáveis pela reprodução humana, continuamente são vistas e avaliadas por essa marca biológica, fonte de permanente discriminação.

No Brasil a cidadania ficou inconclusa, pela miséria na qual estão mergulhadas milhões e milhões de pessoas; para as

* Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora das questões de gênero. Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) na gestão 1985/1989 e do Fórum Feminista do Rio de Janeiro.

mulheres esta situação é ainda mais grave, porque sua incorporação no mercado de trabalho, mesmo sendo uma prova de que sua contribuição é indispensável para a economia nacional, aquela tem ocorrido numa situação de pobreza, precariedade e exploração. Mesmo assim, nesses últimos vinte e cinco anos, a vida das mulheres foi profundamente modificada. O notável crescimento no número de mulheres no mercado de trabalho, num contingente de mais de 30 milhões de trabalhadoras é um feito notável. Mas, devemos lembrar que essa inserção no mundo público não pode ignorar o trabalho doméstico, realizado pelas donas-de-casa. As tarefas de cuidar da família e de todos os aspectos da vida humana que não se expressam em relações monetárias, permanecem obscuros e responsabilidade exclusiva desse exército de seres femininos. E apesar de toda a luta do movimento de mulheres, a divisão dessas tarefas não aparece como tema de discussão na agenda internacional e muito menos na nacional: o debate político só absorveu a participação feminina no âmbito da produção de mercadorias, deixando de levar em consideração estas tarefas, que só por amor as mulheres prestam aos demais seres humanos. Apesar disso, avançamos. Houve o aumento da nossa escolaridade, que atingiu em 1998 a uma média de 6,8 anos de estudos, enquanto os homens têm 5,8, e também alterou-se o padrão familiar. Cada vez mais mulheres são chefes de famílias: em 1980, esta taxa de participação era de 14%, e em 1998, ela passou para cerca de 26%. A pílula anticoncepcional provocou uma queda na taxa de fecundidade total que caiu de 4,4 para 2,3 filhos por mulher desde 1980 e assim, em 1998 as famílias urbanas brasileiras só tinham, em média, 3,7 pessoas. Mudou a inserção das mulheres no mercado de trabalho: mais instruídas ingressam em boas ocupações, rompendo a barreira das tradicionais profissões femininas. Mas a precariedade

dessa ocupação ainda ronda a trabalhadora brasileira, seja no frágil vínculo empregatício ou na inexistência dele: assalariadas sem carteira de trabalho assinada, autônomas, trabalhadoras familiares sem remuneração e empregadas domésticas, filhos pequenos sem creches e desigualdades salariais. Todavia, essa defasagem entre os rendimentos femininos e masculinos vem diminuindo ao longo da década de noventa, mas a realidade ainda é bastante desfavorável para as mulheres. Isso porque, na apropriação da riqueza produzida pela sociedade, as mulheres ficaram sempre com um menor quinhão, seja porque eram no passado **civilmente mortas**, seja porque **atualmente ainda recebem em média algo em torno de 60% dos rendimentos masculinos**, no Brasil e no mundo.

Dessa forma, olhando para o mercado de trabalho observa-se que a situação das mulheres sofreu mudanças e conquistas foram obtidas, mesmo que estas ainda sejam tímidas. A sociedade ainda não reconhece plenamente que as mulheres têm autoridade para além das fronteiras do lar e que **homens e mulheres podem e devem compartilhar as decisões que definem o destino da vida humana**. Os espaços de poder nos setores público e privado são eminentemente masculinos em nosso país e no mundo. Esse mesmo fato reflete-se na baixa representação feminina nos parlamentos nacionais e esta é uma realidade mundial. No final do século XIX e o início do XX as mulheres lutaram pelo sufrágio feminino e muitas décadas depois lutaram por igualdade perante a lei e de oportunidades. Essas lutas destruíram, pelo menos no mundo ocidental, a antiga crença de que as mulheres eram impróprias para muitas atividades desempenhadas fora de casa. Assim, no limiar do novo milênio a luta pelos direitos das mulheres *parece* vitoriosa, e esse debate pela plena cidadania feminina foi uma das

maiores mudanças sociais dos nossos tempos. Mas, se há um reconhecimento de que não há razão para salários diferenciados entre os sexos, o tema de **oportunidades e responsabilidades iguais ainda é uma luta em curso.**

No Brasil, também essas lutas foram vividas, e sofridas, e avançou-se na construção da cidadania feminina, mas a situação não difere quando se analisa a participação no poder. A presença feminina no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, Prefeituras não ultrapassa 11% da composição do poder legislativo e do executivo municipal. Desde 1932, quando as mulheres brasileiras tiveram acesso ao sufrágio, apenas uma mulher foi eleita governadora de uma unidade da federação (Roseana Sarney eleita e reeleita governadora do Maranhão em 1994 e 1998). Só nos anos 1980, no mais alto escalão do poder público, mulheres ocuparam a chefia de ministérios; e até os dias atuais esse número restringe-se a apenas a poucas mulheres. No setor privado, a presença feminina em cargos decisórios também não destoa desse patamar. Reverter esse quadro tem sido uma das reivindicações do movimento de mulheres brasileiras e também uma bandeira do movimento internacional.